



Apurado por unanimidade de 21 votos da Comissão de Defesa Nacional de 28.5.2014

*[Handwritten signature]*

## REQUERIMENTO

### Audição do Ministro da Defesa Nacional

A fase de reforço de meios "nível II" de acordo com o estabelecido no Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR) iniciou-se ontem e dos 38 meios aéreos que deveriam estar disponíveis faltavam 17 aeronaves cuja disponibilização "depende do cumprimento do Código dos Contratos Públicos e da emissão do visto prévio do Tribunal de Contas para cada um dos contratos" tal como foi afirmado pelo Ministério da Defesa Nacional.

Perante esta situação o GP PSD decidiu entregar na Assembleia das República perguntas ao Governo dirigidas ao Ministro da Administração Interna e ao Ministro da Defesa Nacional procurando obter os necessários esclarecimentos sobre esta situação.

Hoje na audição do Chefe de Estado Maior da Força Aérea (CEMFA), General Joaquim Borrego, o GP PSD voltou a colocar a questão da disponibilidade de meios aéreos para esta fase do combate aos fogos rurais mesmo sabendo que o CEMFA não terá uma responsabilidade nesta matéria.

Tendo em conta as respostas obtidas nesta audição e as notícias vindas a público em diversos órgãos da comunicação social, o GP PSD não pode deixar de afirmar a sua preocupação perante os atrasos que se verificam na preparação da próxima época de incêndios florestais, nomeadamente, no que diz respeito ao envolvimento dos meios aéreos e aos atrasos verificados no envio dos contratos para o Tribunal de Contas.

De acordo com notícias publicadas ontem, o Ministro da Defesa Nacional procurou imputar ao Tribunal de Contas (TdC) a responsabilidade destes atrasos, afirmando que os contratos já estavam na posse do TdC. Ora, isso não correspondia à verdade tal como se verificou no comunicado do próprio tribunal dando conta que à hora das declarações do Sr. Ministro

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CDN
N.º Único: <u>634315</u>
Entrada/Saida N.º <u>89</u>
Data: <u>16</u> / <u>105</u> / <u>2014</u>

apenas tinha entrado no TdC um contrato relativo aos meios aéreos para combate a incêndios.

Isto é especialmente grave pois o Ministro da Defesa Nacional não pode ocultar a verdade aos portugueses sobre uma matéria tão sensível como esta nem imputar ao TdC uma responsabilidade que este manifestamente não tem em todo este processo.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis o Grupo Parlamentar do PSD vem requerer a audição do Ministro da Defesa Nacional, a fim de prestar aos deputados da Comissão de Defesa Nacional todas as informações sobre este processo e o sobre os termos do envolvimento da Força Aérea Portuguesa no combate aos incêndios rurais.

Palácio de São Bento, 16 de maio de 2019

Os Deputados do PSD

Luis Pedro Pimentel

Carlos Peixoto

Pedro Roque

Bruno Vitorino,